



ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO DE UNIDADE DO CAMPUS MARIA DA GRAÇA DO CEFET/RJ

Aos 06 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 13:55 h (treze horas e cinquenta e cinco minutos), no Auditório do CEFET/RJ – *campus* Maria da Graça, reuniram-se os membros do Conselho Diretor desta Unidade Educacional, os senhores (as), Alberto Boscarino Junior, Andreza Barboza Nora, Antonino Pereira da Silva, Egberto Veloso de Lima, Fabiana Cordeiro, Francisco Moyses de Carvalho Neto, Giovanna Almeida Tavares, Kellen Cristhiane Corrêa Faria, Lorena Alleyne Vannelle, Luiz Claudio Ribeiro Rodrigues, Pedro Igor Ferreira de Sá e Rebeca Cardozo Coelho, conforme assinaturas que constam do Livro de Presenças, constituindo o *quorum* exigido pelo artigo 11 do Regimento Geral do Conselho do *campus* do Sistema CEFET/RJ. Abrindo os trabalhos, o presidente do conselho Luiz Rodrigues deu boas vindas, agradecendo a presença de todos os demais conselheiros. A seguir, realizou a leitura da pauta indicada para essa reunião: 1) Aprovação da ata da última reunião do CONPUS; 2) Informes da Comissão da Semana de Extensão; 3) Informes da Comissão do Projeto Político-Pedagógico – PPP; 4) Controle de Frequência - Processo MPF nº 1.30.001.004042/2015-18; 5) Informes sobre orçamento 2018 e SCDP. No primeiro ponto da pauta, aprovação da ata da reunião anterior, o presidente do Conselho perguntou se algum conselheiro desejava realizar sugestões para alterações na ata da reunião anterior. Como não houve solicitação para correção do documento, a ata foi aprovada. Com relação aos informes da Semana de Extensão, segundo item da pauta, a conselheira Rebeca informou que a divulgação já está sendo realizada pelos professores Pericles (divulgação interna) e Adriano (divulgação externa), os locais onde os stands serão instalados foram definidos, as inscrições poderão ser feitas até o dia 14/10 (para os cursos/palestras/oficinas que possuam número limitado de participantes) e para as atividades que serão realizadas no auditório e nos espaços de convivência não há a necessidade de inscrição. Foram solicitados 80 kits compostos por caneta, bloco e sacola para os palestrantes, mas este ano não haverá camisa do evento. O conselheiro Alberto acrescentou que na mesma semana acontecerá a SIPAT e pediu a colaboração de todos na divulgação. No terceiro item de pauta, os informes sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o professor Felipe informou que a última reunião agendada não foi realizada por falta de quorum e que o Seminário Temático realizado em 25/09/2016, sobre Avaliação, teve uma participação grande dos alunos, o que reforça a importância de abertura de espaço para fala dos discentes, mas que a participação de servidores foi aquém do esperado uma vez que algumas coordenações não tiveram representantes presentes. Felipe aproveitou para informar que o GTFOCO (Grupo de Trabalho sobre Formação Continuada) está realizando uma série de eventos, dentre eles, o Seminário sobre Ensino Médio Integrado. Acrescentou que inicialmente a ideia era discutir o PPP com base no cenário político da época, mas que esse cenário mudou radicalmente com a proposta do governo de Reforma do Ensino Médio, dentre outras medidas que afetam diretamente a Instituição, merecendo uma maior participação de todos os servidores através de uma politização dos debates sobre a escola mais qualificada, amadurecida e intensa. O conselheiro Alberto informou que está agendada uma reunião do PPP para o dia 26/10/2016. Quanto ao Controle de Frequência - Processo MPF nº



1.30.001.004042/2015-18, quarto item da pauta, o presidente do Conselho, Luiz Rodrigues, informou que participou de uma reunião de diretores no dia 03/10/2016, e que na ocasião tomou conhecimento, através do Diretor-Geral, da recomendação do Ministério Público Federal para implantação do ponto eletrônico no Cefet/RJ e que foi proposto na ocasião, a manutenção do ponto manual tal como é feito atualmente. A Direção Geral propôs a criação de comissões, tanto de Técnico-Administrativos em Educação como de Docentes para estudar a implantação do ponto eletrônico. As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 04/11/2016 e em data posterior à entrega do documento o Diretor-Geral, Carlos Henrique, irá aos *campi* para conversar sobre o assunto. O conselheiro Luiz Rodrigues propôs a criação de duas comissões, uma para os técnico-administrativos e outra para os docentes, e que a proposta do Maracanã era de que cada comissão fosse composta por três membros. A conselheira Lorena informou que os técnico-administrativos fizeram uma reunião para se organizarem a respeito do tema e que ao fazer consulta do processo verificou que os documentos não podem ser acessados, mas que pôde observar que a denúncia foi feita pelo professor Julio Bicalho. Dando prosseguimento a sua fala, a conselheira fez leitura da carta aberta redigida pelos servidores técnico-administrativos que foi entregue à secretária do CONPUS para anexar aos documentos desta reunião e propôs a criação de apenas uma comissão mista, composta por técnicos e docentes, uma vez que o documento do Ministério Público faz menção a servidores e não a categorias específicas. O conselheiro Alberto informou que a situação é preocupante e que apesar de ser uma recomendação existe um caráter de cumprimento e que na Assembleia do ADCefet foi acordado que haverá discussão sobre a regulamentação das trinta horas semanais e apesar do tema ser uma luta política não se pode descartar o caráter jurídico da questão. O conselheiro Alberto prosseguiu com a palavra afirmando que a Direção do *campus* Maria da Graça nunca pensou em implantação de ponto para servidores sejam eles docentes ou técnico-administrativos, reforçando que é imprescindível um posicionamento do *campus* para que haja unidade na fala. A conselheira Lorena lembrou que a discussão sobre a regulamentação da carga horária de trinta horas foi abordada na época da campanha do diretor Carlos Henrique. A conselheira Andreza questionou sobre as datas informadas, tendo em vista o documento de o Ministério Público Federal estar datado de 23/08/2016 e somente ter sido divulgado no dia 03/10/2016 e que como há um prazo para cumprimento da recomendação, tem receio de que não tenha tempo hábil para formalizar uma resposta ao MPF. O conselheiro Luiz Rodrigues esclareceu que o diretor-geral solicitou uma prorrogação do prazo e que na reunião realizada no dia 03/10/2016 foi definido 04/11/2016 como limite para envio das respostas. A conselheira Andreza completou, afirmando que antes de uma resposta final do Diretor-Geral, o mesmo deverá avaliar as respostas de todos os *campi* para definir o posicionamento do Cefet/RJ. A conselheira Lorena acrescentou que não vê sentido de que o tema ponto eletrônico seja abordado separadamente pelas categorias (TAE's e Docentes), pois atinge a ambas. O conselheiro Luiz Rodrigues reforçou a fala da conselheira Lorena afirmando que a recomendação atinge a todos. A conselheira Andreza informou que na reunião da ADCefet realizada em 05/10/2016, um número significativo de docentes participou e apoiou a regulamentação da carga horária de trinta horas para os servidores técnico-administrativos e que a ausência de representatividade sindical dessa carreira dificulta as discussões sobre o tema e continuou sua fala explicitando que a regulamentação é apenas para alguns setores, que o tema deve ser discutido amplamente entre os TAE's



e que a regulamentação atinge a todos, pois altera o funcionamento da unidade, uma vez que os setores que fazem atendimento terão seus horários alterados. A conselheira Lorena esclareceu que já existe uma movimentação dos servidores técnico-administrativos para criação de um sindicato para representação dessa classe e que mantém sua proposta de criação de duas comissões mistas, uma para não implantação do ponto e outra para regulamentação da carga horária de trinta horas semanais. O professor Felipe afirmou que embora o sindicato tenha dever de lutar pelos direitos dos trabalhadores, não exige a instituição de também realizar essa defesa e que considera a posição da Direção Geral quanto ao assunto muito boa, porque deu abertura aos *campi* para discussão e posicionamento, mas questiona se seria papel dos trabalhadores essa “assessoria jurídica” à Direção Geral, assumindo eles próprios a responsabilidade pela defesa e das ideias de combate ao ponto eletrônico com fundamentos legais para tal e vê que além dessa movimentação dos trabalhadores, o Cefet deveria fornecer o suporte jurídico para o assunto, pois possui as ferramentas necessárias para tal. O conselheiro Luiz Rodrigues reiterou que essa é uma forma dos servidores se engajarem e que a união é necessária para o entendimento do assunto. O professor Felipe afirmou que a assessoria jurídica deve agir na proposta de criação da resposta e não apenas no documento já redigido. A conselheira Lorena discordou do professor Felipe falando que não acha louvável a atitude da Direção Geral, pois as reuniões nos *campi* foram agendadas simultaneamente de modo que não há como saber como está o debate da questão nos outros locais. O conselheiro Alberto esclareceu que nesse momento é muito importante o trabalho da Comissão e que o ADCefet contribuirá com o apoio jurídico para redação do documento. O conselheiro Luiz Rodrigues encaminhou duas propostas para votação: a criação de duas comissões mistas (uma para não implantação do ponto eletrônico e outra para a regulamentação da carga horária de trinta horas semanais) ou a criação de duas comissões (uma de cada carreira). O servidor Guilherme, através da palavra concedida pela conselheira Lorena, questionou o porquê de em cem anos de Cefet ainda não haver um sindicato que represente a carreira de Técnico-Administrativo em Educação e que, talvez, haja uma razão por trás desse fato e essa razão possa ser a mesma que orienta a criação de duas comissões distintas para as carreiras. O conselheiro Alberto disse que a carreira de EBTT pode ser equiparada à carreira de Magistério Superior, pois foi criada após a lei que regulamenta a dispensa de assinatura de ponto aos professores de ensino superior. A servidora Christiane, através da fala concedida pela conselheira Lorena, considerou que como o sindicato dos docentes (ADCefet) foi criado recentemente, poderia ter incluído os TAE's nessa representação. A conselheira Andreza disse que não se sente representada pelo ANDES e que o sindicato deveria ser filiado ao Sinasef, pois este é específico para a educação básica e o ANDES representa a carreira de Magistério Superior e por isso não poderia incluir os TAE's sob sua representatividade e que do ponto de vista jurídico, considera a defesa do não ao ponto eletrônico dos docentes mais fácil e que a proposta que defende é de regulamentação das trinta horas sem o ponto eletrônico, e que havia um acordo de greve para incluir no decreto que dispensa a Carreira de Magistério Superior do ponto eletrônico a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), mas que o acordo não foi cumprido pela mudança política ocorrida com o *impeachment*. O servidor Lucas concordou com a fala da conselheira Andreza de que não deve haver disputas entre as classes e que a luta deve ser conjunta e que a união faz-se necessária neste momento. A conselheira Fabiana sugeriu a criação de duas comissões distintas,



por carreiras, que após a redação do documento de resposta dialoguem para integrarem um único documento, pois todos são servidores e a luta deve ser conjunta. A servidora Ana Carolina, através da palavra concedida pelo conselheiro Luiz, afirmou que a criação de duas comissões distintas enfraquece a luta e que a comissão mista fortaleceria a causa. O professor Felipe, através da conselheira Fabiana, informou que achou uma resolução do IFMG implementando o ponto eletrônico para os servidores, técnicos e docentes filiados ao Sinasef, e entende que a pauta é conjunta, mas que a discussão da organização do trabalho é diferente entre as carreiras e que, talvez, separar por categoria facilite o funcionamento das comissões, uma vez que cada comissão teria maior entendimento das suas especificidades, mas defende que a resposta deverá ser uma só porque sairia pelo CONPUS. O conselheiro Alberto propôs que o documento seja feito antes do dia 04/11 para que dê tempo de divulgar o material redigido e fechar o posicionamento do *campus* quanto ao assunto, sugerindo que a Comissão se reúna no dia 10/10 para ir à reunião do ADCefet que acontecerá em 13/10 já com argumentos. A conselheira Lorena retirou sua proposta de comissão mista uma vez que ao fim dos trabalhos será enviado um documento único para ambas categorias. O presidente do CONPUS, Luiz Rodrigues, perguntou de quantas pessoas seriam as comissões. O conselheiro Francisco absteve-se de compor a comissão de docentes, pois acha que não haveria tempo hábil de leitura de todo material, tendo em vista que em seu entendimento os outros professores já estão num nível mais avançado de discussão. A conselheira Rebeca propôs, pelo pouco tempo para resposta, que as comissões sejam definidas neste CONPUS. A conselheira Lorena sugeriu que a Comissão dos TAE's seja desmembrada em duas (uma pela não implementação do ponto e outra pela regulamentação da carga horária de trinta horas semanais). A conselheira Rebeca retomou sua fala sugerindo que os representantes docentes do CONPUS, caso queiram, poderiam compor a Comissão de Docentes. O conselheiro Francisco se absteve de compor a Comissão. Ficou definido que a Comissão dos Docentes será composta por: Rebeca, Fabiana, Andreza e Marcia. E a comissão dos Técnico-Administrativos em Educação será formada por: Danielle, Rejane e Guilherme (não implantação do ponto) e Christiane, Camila e Arlene (regulamentação da carga horária de trinta horas). Ficou acordado que outros interessados poderão compor as Comissões. Agendou-se para 24/10/2016, às 10 horas, a próxima reunião do CONPUS com a presença das Comissões. O professor Antonino perguntou se a comissão dos docentes será definida nesta reunião, e o conselheiro Alberto esclareceu que conforme deliberação apenas poderá compor essa comissão os membros do CONPUS. No quinto item da pauta, informes sobre orçamento 2018 e SCDP, Luiz Rodrigues informou que participou de uma reunião no Maracanã sobre o orçamento e que do valor previsto para 2016, até a presente data, havia sido feito um corte de 10% no custeio e 50% em investimento. O *campus* Maria da Graça é quem possui o maior número de alunos bolsistas e o corte para o próximo ano será de 30%. O conselheiro Alberto acredita que os trabalhadores deveriam se unir para repudiar o corte no orçamento. O servidor Lucas perguntou se há alguma ação que possa ser feita para mudança nesse cenário, e o conselheiro Alberto respondeu que uma das coisas a serem feitas é a mobilização dos trabalhadores contra esses cortes. Luiz Rodrigues informou que quando os setores preencherem o PEA, poderão fazer um documento sinalizando a insatisfação. Alberto afirmou que é muito importante a discussão nos setores sobre o acesso e permanência, pois o corte no número de bolsas impacta diretamente sobre tema.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ
CAMPUS MARIA DA GRACA

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião às 16:10 h e suspendeu os trabalhos para a confecção desta ata, que será lida e aprovada na próxima reunião pelos conselheiros e assinada pelo Senhor Presidente do Conselho e pela Secretária.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luiz Claudio Ribeiro Rodrigues', with a large, stylized initial 'L'.

Luiz Claudio Ribeiro Rodrigues
Presidente do CONPUS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Danielle Gomes Dias', in a cursive script.

Danielle Gomes Dias
Secretária Executiva do CONPUS